



**GERAÇÃO
CÉU AZUL S.A.**

31 de dezembro de 2014

Geração Céu Azul

Relatório de Administração – 2014

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

O ano de 2014 foi de projetos desafiadores e importantes realizações para a Geração Céu Azul S.A., uma empresa que faz parte do Grupo Neoenergia. Reafirmamos nossa essência, a missão de “ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade” e, por isso, não medimos esforços e trabalhamos com foco na melhoria contínua dos nossos padrões, processos e indicadores.

2014 foi o ano de dar protagonismo à segurança e de alinhar nossas ações voltadas para a segurança no trabalho e nas comunidades à nossa missão. “Acima de tudo, a vida!” passou a ser o nosso lema. O rigor com a segurança está presente em todos os projetos e iniciativas abrangendo nossa força de trabalho, empresas parceiras e, sobretudo, a comunidade.

Esperamos que em 2015 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazidos pelo cenário econômico e pela crise hidrológica e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Geração Céu Azul S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia S.A. A Companhia foi constituída em setembro de 2007 com a denominação “ZEUSPE Empreendimentos e Participações”, havendo a alteração para atual denominação social (“Geração Céu Azul S.A.”) em 31 de outubro de 2008. A Companhia possui no escopo do seu objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como serviços correlatos que lhe venha, a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito.

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Em setembro de 2008 a Neoenergia, através da sua subsidiária integral Geração Céu Azul, arrematou a concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu no 7º Leilão de Energia Nova A-5 organizado pela ANEEL. A UHE será construída no Rio Iguaçu, estado do Paraná, e terá capacidade instalada de 350 MW e 172,8 MW médios de garantia física. A primeira usina geradora tem previsão de entrada em operação comercial em abril de 2016.

A UHE Baixo Iguaçu foi arrematada pela Neoenergia com preço ofertado de R\$ 99,00/MWh, o que representou um deságio de 19,5% em relação ao preço de referência de R\$ 123,00/MWh estipulado pela ANEEL para este leilão. A usina fornecerá 121 MW médios no mercado regulado e 47 MW médios serão comercializados no mercado livre.

A conclusão da ensecadeira se deu em 06/06/2014 antes do galgamento da ensecadeira que ocorreu 3 dias depois. No mês seguinte ocorreu a cassação da LI – Licença da Instalação. No momento aguardamos a liberação da licença de instalação para darmos continuidade a obra do empreendimento.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2014	2013	Variação
EBITDA (R\$ Mil)	(577)	(42)	1273,8%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	(577)	(42)	1273,8%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	553	378	-46,3%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	(24)	246	-109,8%
Ativo Total (R\$ Mil)	680.078	294.177	131,2%
Investimentos (R\$ Mil)	618.400	247.896	149,5%
Dívida Bruta (R\$ Mil)	15.843	2.851	455,7%
Dívida Líquida (R\$ Mil) ¹	(76.207)	1.745	-4467,2%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	409.025	279.552	46,3%

¹ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2014	2013	Variação
Lucro Líquido	(24)	246	-109,8%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	-	90	-100,0%
Amortização / Depreciação	-	-	N/A
Receita Financeira	(936)	(511)	83,2%
Despesa Financeira	383	133	188,0%
EBITDA	(577)	(42)	1273,81%

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar. Para financiar seus investimentos a companhia utiliza capital próprio. A Neoenergia, grupo econômico no qual a Companhia faz parte, tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB e FINEP.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), renovado em 01/06/2014, com vigência de 18 (dezoito) meses, para prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor do Contrato R\$ (milhares)	% Em relação à Auditoria
Exame de auditoria com emissão de relatório e Auditoria de primeiro ano.	57	100,00%

Além dos serviços acima citados, não foram contratados quaisquer outros serviços com a PwC.

A política de atuação do Grupo Neoenergia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/14	31/12/13 (Reapresentado)	01/01/13
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	90.549	893	106
Títulos e valores mobiliários	(5)	-	22	-
Impostos e contribuições a recuperar	(6)	1.385	238	4
Estoques		2	-	-
Outros ativos circulantes		83	10	9
TOTAL DO CIRCULANTE		92.019	1.163	119
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e valores mobiliários		1.501	191	-
Depósitos judiciais	(7)	11.862	14.275	-
Imobilizado	(8)	574.696	278.548	29.683
Intangível		-	-	1
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		588.059	293.014	29.684
TOTAL DO ATIVO		680.078	294.177	29.803

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/14	31/12/13 (Reapresentado)	01/01/13
<u>PASSIVO</u>				
CIRCULANTE				
Fornecedores	(9)	15.843	2.851	186
Empréstimos e financiamentos	(10)	245.488	-	-
Salários e encargos a pagar		912	-	-
Impostos e contribuições a recolher	(11)	732	803	52
Outros passivos circulantes		17	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		262.992	3.654	238
NÃO CIRCULANTE				
Provisões	(12)	8.058	10.969	-
Outros passivos não circulantes		3	2	24.741
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.061	10.971	24.741
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	(13)	409.210	279.713	5.231
Prejuízo acumulado		(185)	(161)	(407)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		409.025	279.552	4.824
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		680.078	294.177	29.803

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u> (Reapresentado)
Despesas gerais e administrativas	(14)	(577)	(42)
PREJUÍZO OPERACIONAL		<u>(577)</u>	<u>(42)</u>
Receitas financeiras	(15)	936	511
Despesas financeiras	(15)	(383)	(133)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(24)</u>	<u>336</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(90)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(24)</u>	<u>246</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Lucros / Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.231	(407)	4.824
Aumento de Capital	274.482	-	274.482
Lucro líquido do exercício	-	246	246
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	<u>279.713</u>	<u>(161)</u>	<u>279.552</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Lucros / Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	279.713	(161)	279.552
Aumento de Capital	129.497	-	129.497
Prejuízo do exercício	-	(24)	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>409.210</u>	<u>(185)</u>	<u>409.025</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	31/12/14	31/12/13 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(24)	336
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros		-
IR e CSLL a Recuperar	(1.150)	(232)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	3	(84)
Estoques	(2)	-
Depósitos judiciais	2.413	(14.275)
Outros ativos	(74)	-
	<u>1.190</u>	<u>(14.591)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	12.992	2.664
Salários e encargos a pagar	912	-
Encargos de dívidas e swap pagos	(12.363)	-
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(8)	-
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(63)	743
Outros passivos	18	(24.738)
	<u>1.488</u>	<u>(21.331)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	<u>2.654</u>	<u>(35.586)</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Alienação de bens do ativo permanente	111.818	-
Aquisição de imobilizado	(393.025)	(237.896)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.288)	(213)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(282.495)</u>	<u>(238.109)</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento(Redução) de Capital	129.497	274.482
Captação de Empréstimos e financiamentos	460.000	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(220.000)	-
GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>369.497</u>	<u>274.482</u>
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	<u>89.656</u>	<u>787</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	893	106
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>90.549</u>	<u>893</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>89.656</u>	<u>787</u>
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA		
Capitalização de juros e despesas financeiras não caixa	(19.337)	-
Valores aportados no Consórcios c/ ativos	(239.826)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A GERAÇÃO CÉU AZUL S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE) e consiste na construção e operação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. A energia será produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW e energia assegurada de 172,8 MW médios.

A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias e está regulada conforme contrato de concessão de uso do bem público nº 02/2012 que tem prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados da data da assinatura do mesmo.

O eixo do barramento situa-se a 174 km da foz do rio Iguaçu, imediatamente a montante da confluência do rio Gonçalves Dias, limite do Parque Nacional do Iguaçu. Pela margem esquerda, o município na área do barramento é Capanema e pela margem direita, Capitão Leônidas Marques, ambos no estado do Paraná.

A Licença Ambiental Prévia – LP concedida à UHE Baixo Iguaçu, condição indispensável para participação do empreendimento no Leilão de aquisição, foi objeto de questionamento na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em 19 de setembro de 2008, tendo sido requerida sua nulidade, bem como da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH e a exclusão da UHE do Leilão n.º 003/2008. Contudo, em 30 de setembro de 2008, data da realização do Leilão, a Advocacia Geral da União – AGU conseguiu a suspensão da liminar, garantindo a participação da UHE no referido Leilão.

A UHE Baixo Iguaçu foi objeto do Leilão nº 003/2008, realizado em 30 de setembro de 2008, onde a Geração Céu Azul S.A., subsidiária integral da Neoenergia, adquiriu o direito à exploração deste potencial hidrelétrico, bem como à comercialização da energia a ser gerada pela usina.

Ainda em 2008, o Ministério Público Federal ajuizou nova Ação Civil Pública perante a Justiça Federal de Francisco Beltrão/PR, cuja sentença de mérito foi proferida em 18 de fevereiro de 2010, impondo, resumidamente, as seguintes ações:

- (i) Anulação da LP concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná à Engevix Engenharia S/A, para construção da UHE Baixo Iguaçu;
- (ii) Anulação do Leilão realizado pela ANEEL;
- (iii) Proibição do início de qualquer obra que tenha por finalidade a construção de usina hidrelétrica na área de influência do Parque Nacional do Iguaçu;
- (iv) Anulação da DRDH, bem como a proibição de que seja concedida nova declaração para captação de água para produção de energia elétrica na área de influência do Parque Nacional do Iguaçu; e
- (v) Determinação ao IBAMA e ao ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que se abstenham de licenciar ou anuir com o licenciamento de qualquer usina hidrelétrica nessa mesma área.

Somente em 21 de março de 2012 foram julgados os recursos de apelação interpostos pelos réus, que resultou na reforma integral da sentença de primeiro grau e finalmente, em 19 de julho de 2012 foi publicada a Outorga da Concessão do Uso do Bem Público para exploração do potencial hidráulico denominado UHE Baixo Iguaçu, em favor da Geração Céu Azul S.A.

Mediante a assinatura do Contrato de Concessão em 20 de agosto de 2012, ocasião em que foi estabelecido um cronograma de implantação da usina prevendo o início das obras em 1 de fevereiro de 2013 e a operação comercial da 1ª unidade geradora em 24 de abril de 2016. Assim foi possível dar início aos procedimentos para implantação da usina e dar continuidade ao processo de transformação da DRDH em outorga de direito de uso de recursos hídricos. Contudo, apesar de todos os esforços da Neoenergia durante os anos anteriores à assinatura do contrato no processo de outorga e Licenciamento Ambiental, mediante contatos semanais com os órgãos

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambientais e reguladores (IAP, ICMBIO, ANA e ANEEL), somente em junho de 2013, por meio da Licença de Instalação número 17033 expedida pelo IAP deu-se início a obra em 30 de junho de 2013. Somente em fevereiro de 2014, por meio da Resolução n.º 142, a ANA outorgou à Geração Céu Azul S.A o direito de uso de recursos hídricos com a finalidade de exploração do potencial de energia hidráulica referente ao aproveitamento Hidrelétrico Baixo Iguaçu, estes atrasos na obtenção da LI e Outorga ocasionaram atrasos no cronograma do contrato de concessão.

Ocorre que uma nova Ação Civil Pública foi proposta pelas ONGs Liga Ambiental e Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental – CEDEA em face da Geração Céu Azul S.A, do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da UNIÃO. Esta ação tem por objetivo suspender a obra da UHE Baixo Iguaçu:

- (i) Enquanto não houver autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio para a Licença de Instalação nº 17033/2013;
- (ii) Instalação de um sistema de transposição de peixes adequado na área da usina; e
- (iii) Formalização de acordo coletivo sobre a proposta de indenização/reassentamento dos ribeirinhos atingidos.

Diante dos fatos ocorridos acima, a Companhia vem tomando diversas providencias para que a situação seja revertida. Como:

- Em 25.10.13, foi proposta nova Ação Civil Pública pela Liga Ambiental (processo nº 5005203-77.2013.404.7007), em face da Geração Céu Azul, o IAP e a ANEEL, visando à suspensão dos efeitos da Licença de Instalação, alegando, dentro outros argumentos, a suposta necessidade de nova prévia anuência do ICMBio para emissão da LI. Em 16.06.2014, em sessão de julgamento do recurso, a turma deu parcial provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Liga Ambiental, decidindo que a Licença de Instalação de Baixo Iguaçu é ilegal pela falta de anuência do ICMBio para sua emissão. Tendo em vista decisão prolatada pelo TRF4, protocolizamos em 04.07.14, no IAP, pedido de aprovação de Plano de Paralisação para interrupção gradual das atividades de obras.
- Em 15.07.2014, a Geração Céu Azul e o IAP protocolaram a Suspensão de Liminar proposta ao Presidente do STJ visando obter a suspensão do v. acórdão da 4ª Turma recursal do TRF4. Inicialmente, o pedido de efeito suspensivo requerido foi negado por decisão do Ministro Vice-Presidente do STJ. Em face desta decisão a Geração Céu Azul apresentou Agravo Regimental e pedido de reconsideração.
- Em razão do julgamento do agravo de instrumento, a Geração Céu Azul apresentou Embargos de Declaração, que foram julgados improcedentes no dia 07.10.2014. Atualmente estamos aguardando o julgamento do nosso Agravo Regimental e pedido de reconsideração que tramitam no STJ (Pedido de Suspensão de liminar).

Considerando o problema envolvendo a suspensão da Licença de Instalação, que impede a continuidade das obras, a Companhia esta avaliando o cronograma de execução das obras e a previsão de conclusão.

Em 27 de agosto de 2013, a Geração Céu Azul e a COPEL Geração e Transmissão constituíram o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, em conformidade com os artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404/76, e tem como objetivo a implementação, operação, manutenção e exploração comercial do Empreendimento e vigorará pelo prazo do Contrato de Concessão e suas eventuais prorrogações, sendo a Geração Céu Azul, representando 70% do consórcio, designada como líder e então responsável pela representação do mesmo e dos consorciados junto a ANEEL, a COPEL então ficando com a participação de 30%.

As despesas que foram realizadas previamente à constituição do Consórcio serão ressarcidas pela COPEL, na proporção de sua participação (30%), em relação a todas as despesas incorridas pela Geração Céu Azul, que

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tenham sido vinculadas ao projeto UHE Baixo Iguaçu. Em 16 de setembro de 2014 a Companhia recebeu o montante de R\$ 111.818 referentes ao ressarcimento parcial destes ativos.

A Companhia aguarda finalização de *Due Diligence* contratada pela COPEL para validação do restante dos valores a serem ressarcidos.

A usina fornecerá 121 MW médios no mercado regulado e 47 MW médios serão comercializados no mercado livre.

Em junho de 2014, a bacia hidrográfica do rio Iguaçu, recebeu uma quantidade de chuvas excepcionais, refletindo em vazões afluentes aos reservatórios das usinas lá localizadas superiores às máximas históricas. Trata-se de uma cheia extraordinária com Tempo de Recorrência superior a 200 anos que causou a inundação do recinto do vertedouro e da casa de força, onde ocorriam as atividades relacionadas à escavação e concretagem.

As obras da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu foram fortemente afetadas, tendo sido perdida grande parte da ensecadeira principal, vários equipamentos e materiais de construção, inclusive 3 escavadeiras, todos encobertos pela água. A área do vertedouro e da casa de força foi inundada, tendo sido afetadas as atividades de escavação e concretagem.

A Companhia tem se deparado com diversos eventos inesperados e não gerenciáveis e alheios à gestão do empreendedor, quais sejam: demasiada demora no processo de outorga do uso da água, verificação de cheias extraordinárias com sérios danos ao empreendimento e suspensão da Licença de Instalação, que impedem a continuidade das obras sem previsão de retorno e, conseqüentemente, a apresentação de um novo cronograma mantendo a previsão de conclusão para 2016.

O avanço físico da obra é de 22% até o momento da cheia extraordinária, devido à suspensão da Licença de Instalação (LI), a construção da UHE ainda encontra-se paralisada. O avanço financeiro é de 47% pois estamos adiantando o pagamento de toda parte referente aos equipamentos mesmo com a LI suspensa.

Em relação às possíveis penalidades, informamos que estamos atuando junto à ANEEL de forma a obter o excludente de responsabilidade por todo o período de atraso na implantação daquela UHE, tais como: (i) atraso na obtenção da Licença de Instalação (LI); (ii) demora no processo e obtenção da outorga do uso da água; (iii) cheias extraordinárias; (iv) suspensão da LP. Nesse caso, a Geração Céu Azul não incorreria nas penalidades previstas no Contrato de concessão, na REN 063/2004 e na REN 595/2013, que revoga a antiga 165/2005, relativas ao atraso na implantação.

A Companhia ao fim de 2014 apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) negativo principalmente devido aos investimentos na usina de Baixo Iguaçu que até hoje foram financiados com capital próprio e captações de curto prazo. No entanto, está previsto para agosto de 2015 a entrada do financiamento de longo prazo do BNDES de R\$ 950 milhões, com prazo de 16 anos, carência 180 dias e custo TJLP +1,88% e a emissão de debêntures em 2016 pelo valor de R\$190 milhões, custo IPCA + 7,5%, prazo de 7 anos com carência de 3 anos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 23 de março de 2015, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs).

2.2 – Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia ainda encontra-se em fase pré-operacional, portanto, ainda não possui qualquer tipo de receita de venda de energia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia, e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método custo amortizado pela taxa efetiva com base no tempo e na taxa de juros aplicada sobre o montante em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. Adicionalmente, para os casos de ativos avaliados a valor justos por meio do resultado, também são efetuados ajustes de marcação a mercado desses ativos e reconhecidos no resultado financeiro.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Avaliação dos impactos da Lei 12.973/14

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015 e a Companhia elaborou estudo sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Companhia decidiu não antecipar os efeitos da referida Lei para o ano de 2014.

2.5 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

Os ativos financeiros da Companhia são apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos, além dos derivativos classificados como valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem derivativos.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajustes decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.6 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

2.8 - Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

2.9 – Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.10 - Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.12 - Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, esse último na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.13 - Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”).

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14 – Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.15 - Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para a Companhia.

2.16 - Reapresentação das cifras comparativas

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 publicadas no jornal, estão reapresentadas. As mesmas foram ajustadas com na auditoria realizada em 2014.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Em análise realizada, verificou-se que parte dos valores provenientes da atualização monetária, não foram reconhecidos como ativo imobilizado no ano de 2013.

Em decorrência dessa análise a Companhia procedeu ao ajuste retrospectivo conforme dispõe o CPC 23. Os ajustes impactaram na capitalização do ativo imobilizado e na diminuição das despesas financeiras de 2013, ajustado contra lucro/prejuízo acumulado no balanço.

- (b) Reclassificação de impostos a recuperar devido a período de possibilidade de recuperação ser maior que 365 dias.

I. Balanço Patrimonial

	31/12/13 (Divulgado)	Ajuste (a)	Reclassificação (b)	31/12/13 (Reapresentado)
Ativo circulante	1.163		(111)	1.052
Ativo Não circulante	292.045	969	111	293.125
Total do ativo	293.208			294.177
Passivo circulante	3.654			3.654
Passivo não circulante	10.971			10.971
Patrimônio líquido	278.583	969		279.552
Total do passivo e do patrimônio líquido	293.208			294.177

II. Demonstração do Resultado

	31/12/13 (Divulgado)	Ajuste (a)	31/12/13 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	-		-
CUSTOS DOS SERVIÇOS	-		-
LUCRO BRUTO	-		-
Despesas gerais e administrativas	(42)		(42)
LUCRO OPERACIONAL	(42)		(42)
Receitas financeiras	511		511
Despesas financeiras	(1.102)	969	(133)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO	(633)		336
Imposto de renda e contribuição social corrente	(90)		(90)
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(723)		246

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

III. Demonstração de Fluxo de Caixa

	31/12/13 (Divulgado)	Ajuste	31/12/13 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL			
Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	(633)	969	336
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	969	(969)	-
	<u>336</u>		<u>336</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			
IR e CSLL a Recuperar	(232)		(232)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(84)		(84)
Depósitos Judiciais	(14.275)		(14.275)
	<u>(14.591)</u>		<u>(14.591)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores	2.664		2.664
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	743		743
Outros passivos	(24.738)		(24.738)
	<u>(21.331)</u>		<u>(21.331)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(35.586)		(35.586)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	(237.896)		(237.896)
Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários	(213)		(213)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(238.109)</u>		<u>(238.109)</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento(Redução) de Capital	274.482		274.482
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>274.482</u>		<u>274.482</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>787</u>		<u>787</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	106		106
Caixa e equivalentes no final do exercício	893		893
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>787</u>		<u>787</u>

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Julgamentos significativos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração identificou o seguinte julgamento que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Nota 12 – Provisões.

4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/14	31/12/13
Caixa e Depósitos bancários à vista	44	10
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	90.505	883
	<u>90.549</u>	<u>893</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, (participação somente das empresas do grupo) compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

O aumento do saldo refere-se a um aporte de capital da Companhia Paranaense de Energia - COPEL no montante de R\$ 111.818 e a uma captação de recursos junto aos Bancos Votorantim e Santander nos montantes de R\$ 220.000 e R\$ 60.000 respectivamente, conforme mencionados na Nota 10. Cabe ressaltar que parte destes recursos foram consumidos em desembolsos com investimentos diretos e amortização do mútuo, finalizando o ano corrente com um saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 90.549.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/14	31/12/13
Banco do Brasil		Fundo BB Polo	20/04/2017	CDI	1.501	213
Total					<u>1.501</u>	<u>213</u>
Circulante					-	22
Não circulante					1.501	191

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Correspondente a ativos do Fundo BB Polo, que possuem prazo para resgate acima de 90 dias, com vencimento em abril de 2017.

6 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	1.156	105
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		121	22
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	2
Imposto sobre serviços - ISS		108	109
Total		<u>1.385</u>	<u>238</u>

a) Refere-se à retenção do IR sobre aplicação financeira e está relacionado ao aumento no saldo da aplicação financeira mencionado na Nota 4.

7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei:

	31/12/14	31/12/13
Cíveis	11.862	14.275
Total	<u>11.862</u>	<u>14.275</u>

Os depósitos estão relacionados aos processos de desapropriação de terras conforme demonstrado na nota 12 e são atualizados mensalmente pela SELIC.

8 IMOBILIZADO

		31/12/14	31/12/13
			(Reapresentado)
	Ref.	Custo	Valor Líquido
Em curso			Valor Líquido
Terrenos		23.598	23.598
Reservatórios, barragens e adutoras		64.293	64.293
Edificações, obras civis e benfeitorias		149.100	149.100
Máquinas e equipamentos	(a)	217.993	217.993
Outros	(b)	119.712	119.712
		<u>574.696</u>	<u>574.696</u>
Total		<u>574.696</u>	<u>278.548</u>

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A variação do saldo é decorrente da fase pré-operacional do empreendimento, com o aumento normal de aquisições para dar continuidade à construção de UHE Baixo Iguaçu.

(b) Refere-se aos valores que serão rateados no final da construção pelos itens que compõem a usina.

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Ref.	Em curso		Total
		Custo	Valor Líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2013		29.683	29.683	29.683
Adições		248.865	248.865	248.865
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)		278.548	278.548	278.548
Adições		647.791	647.791	647.791
Baixas	(a)	(351.643)	(351.643)	(351.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		574.696	574.696	574.696

(c) Refere-se ao aporte em bens da Geração Céu Azul no Consórcio Baixo Iguaçu.

9 FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Fornecedores	31/12/14	31/12/13
Materiais e serviços	15.843	2.851
Terceiros	15.843	2.851
Total	15.843	2.851
Circulante	15.843	2.851

O aumento no saldo de fornecedores deve-se ao incremento de gastos relacionados às obras para a continuação da construção da Usina Hidrelétrica.

10 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da dívida	Taxa	Encargos	Principal	Total	
	Efetiva	Circulante	Circulante	31/12/14	31/12/13
Moeda nacional					
Notas Promissórias - Votorantim	105,5% do CDI	2.775	180.000	182.775	-
Total moeda nacional		2.775	180.000	182.775	-
Moeda estrangeira					
Banco Santander - Empréstimo 4131	USD + 1,03% a.a	290	68.767	69.057	-
Operações com swap		-	(6.344)	(6.344)	-
		290	62.423	62.713	-
Total moeda estrangeira		290	62.423	62.713	-
Total		3.065	242.423	245.488	-

Em 16 de maio de 2012, a Companhia realizou captação de recursos no montante de R\$ 220.000, através da emissão de vinte duas notas promissórias de valor nominal de R\$10.000, com o objetivo de financiar a construção da usina de Baixo Iguaçu.

A captação foi realizada com a intermediação do Banco Votorantim, com custo de 105,5% do CDI, prazo de 180 dias e pagamento de principal ao final do contrato.

A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de aval. O primeiro pagamento das Notas ocorreu em 12 de novembro de 2014.

Em 08 de agosto de 2014, a Companhia realizou captação de recursos no montante de R\$ 60.000, sob o amparo da lei Nº 4.131, de 03/09/1962, que permite a captação de recursos em moeda estrangeira em território nacional pelas companhias.

A dívida original possui um custo de USD + 1,03% a.a.. No entanto foi contratado juntamente com a dívida um contrato de *swap*, que proporciona a empresa, a substituição do risco cambial pelo risco do CDI, onde o custo da operação de *swap* foi de 103,09 do % CDI.

A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de aval. O vencimento da dívida está previsto para 03 de agosto de 2015.

A mutação de empréstimos e financiamentos, está como segue:

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
	Passivo circulante	Passivo circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Ingressos	400.000	60.000	460.000
Encargos	15.138	270	15.408
Variação monetária e cambial	-	9.913	9.913
Swap	-	(7.604)	(7.604)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	134	134
Amortizações e pagamentos de juros	(232.363)	-	(232.363)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>182.775</u>	<u>62.713</u>	<u>245.488</u>

Não há *covenants* para as captações da Companhia.

11 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Ref.	31/12/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	-	60
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	-	31
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		5	76
Impostos e contribuições retidos na fonte		721	636
Outros		6	-
Total		<u>732</u>	<u>803</u>

(a) Com o prejuízo fiscal apurado em 2014, não houve provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher no exercício corrente.

12 PROVISÕES

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Ref.	Contingências	
		Cíveis	Total
SalDOS em 01 de janeiro de 2012		-	-
Constituição		10.000	10.000
Atualização		969	969
SalDOS em 31 de dezembro de 2013		10.969	10.969
Constituição		242	242
Baixas/reversão	(a)	(4.639)	(4.639)
Atualização		1.486	1.486
SalDOS em 31 de dezembro de 2014		<u>8.058</u>	<u>8.058</u>

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Baixas em razão de pagamentos de acordos celebrados entre as partes em determinados processos jurídicos referentes à desapropriação para implantação da UHE Baixo Iguaçu.

Os valores demonstrados refletem a melhor estimativa para provável desembolso. As contingências de risco provável são contabilizadas contra o terrenos, no ativo imobilizado, por se referirem à desapropriações de terras. Os depósitos judiciais atrelados a estas contingências (nota 8) têm valores impostos pelo Tribunal de Justiça e tem seu recolhimento obrigatório pelo valor determinado pelo juiz.

Contingências Cíveis

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/14	31/12/13
Indenização por perdas	(a)	8.058	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.058	10.969
	(a)	4	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>8.062</u>			<u>8.058</u>	<u>10.969</u>

(a) Requerimento de diversas indenizações referente desapropriação de terras para a implantação da UHE Baixo Iguaçu.

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 683.000 e o capital social integralizado é de R\$ 409.210 (R\$ 279.713 em 31 de dezembro de 2013).

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia S. A.	683.000	100,00
Total	683.000	100,00

Acionistas	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia S. A.	683.000	100,00
Total	683.000	100,00

14 CUSTOS E DESPESAS

Despesas	Ref.	31/12/14		31/12/13
		Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material		(14)	(14)	-
Serviços de terceiros	(a)	(415)	(415)	(42)
Arrendamentos e aluguéis		(20)	(20)	-
Tributos		(72)	(72)	-
Outros		(56)	(56)	-
Total custos / despesas		(577)	(577)	(42)

(a) Aumento do saldo refere-se à construção de UHE Baixo Iguaçu.

15 RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/14	31/12/13
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	936	511
	<u>936</u>	<u>511</u>
Despesa financeira		
IOF	(193)	-
Outras despesas financeiras	(190)	(133)
	<u>(383)</u>	<u>(133)</u>
Resultado financeiro	<u>553</u>	<u>378</u>

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	31/12/2014			31/12/2014			31/12/2013			31/12/2013			
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo				
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total		
Controladas (Neoenergia S.A)													
NEOENERGIA S.A	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	2	2
CELPE	-	-	584	584	-	-	-	-	3	3	-	-	-
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	917	-	917	-	-	-	-	5	5	-	-	-
	-	917	584	1.501	-	2	2	-	-	8	8	-	2
	-	917	584	1.501	-	2	2	-	-	8	8	-	2

	31/12/2014			31/12/2014			31/12/2013			31/12/2013			
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo				
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total		
Ativo	-	917	584	1.501	-	-	-	-	8	8	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	917	584	1.501	-	-	-	-	8	8	-	-	-
Passivo	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	2	2
Outros passivos	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	2	2
	-	917	584	1.501	-	2	2	-	-	8	8	-	2

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve remuneração dos administradores visto que a gestora da Companhia é a Neoenergia Holding.

17 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As Companhias do Grupo efetuaram avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pela Companhia.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O principal propósito desse instrumento financeiro foi gerar recursos para financiar a construção da usina e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira – são considerados como itens objeto de *hedge*, classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*, previsto no item AG105 da CPC38. Caso contrário, são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme previsto no item 9 do CPC 38, que trata das definições das categorias de instrumentos financeiros, da mesma forma como as dívidas a eles atreladas.

Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando *swap* dólar para CDI, conforme descrito a seguir:

- Operação de "*hedge*" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 31/12/14
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/12/14	31/12/13	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Contratos de swaps:											
Geração Céu Azul											
Swap											
Ativa	Banco Santander	08/08/14	03/08/14	USD + 1,37% a.a	USD 26.459	USD 0	70.280	-	69.154	-	
Passiva				105%,5% CDI			62.675	-	62.810	-	
					USD 26.459	USD 0	7.605	-	6.344	-	6.344

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. Ao final de cada período, a companhia utiliza as taxas referenciais de mercado disponíveis na BM&F como taxa de desconto para precificação dos ativos e passivos após a interpolação exponencial para obtenção das taxas estimadas durante todo o período dos contratos respeitando as características de cada um deles. As taxas de desconto para empréstimos indexados ao Dólar e Ponta Ativa do SWAP em Dólar cada tipo de operação é DI x Dólar.

A companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, conforme orientação do CPC 46.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	92.050	92.050	1.106	1.106
Caixa e equivalentes de caixa	90.549	90.549	893	893
Títulos e valores mobiliários	1.501	1.501	213	213
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	198.618	198.618	2.851	2.851
Fornecedores	15.843	15.843	2.851	2.851
Empréstimos e financiamentos	182.775	182.775	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	62.713	62.713	-	-
Empréstimos e financiamentos	62.713	62.713	-	-

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto no CPC 40(R1):

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31/12/14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	40	90.509	-	90.549
Títulos e valores mobiliários	-	1.501	-	1.501
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos	-	(62.713)	-	(62.713)
	<u>40</u>	<u>29.297</u>	<u>-</u>	<u>29.337</u>

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Riscos de mercado

Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. A companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2014, operações de “*hedge*” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “*hedge*” cambial no montante de R\$ 6.334.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil							
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar			2,6562	(69.057)	(69.057)	(86.346)	(103.634)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,6562	69.154	69.154	86.442	103.731
Exposição Líquida					97	97	97

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

R\$ Mil							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	10,8%	92.010	10.068	7.551	5.034
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	10,8%	182.775	20.839	26.048	31.258
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	10,8%	62.810	7.052	8.816	10.579

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 90.509 em fundos restritos.

A Companhia ao fim de 2014 apresentou Capital Circulante Líquido (CCL) negativo principalmente devido aos investimentos na usina de Baixo Iguaçu que até hoje foram financiados com capital próprio e captações de curto prazo. No entanto, está previsto para agosto de 2015 a entrada do financiamento de longo prazo do BNDES de R\$ 950 milhões, com prazo de 16 anos, carência 180 dias e custo TJLP +1,88% e a emissão de debêntures em 2016 pelo valor de R\$190 milhões, custo IPCA + 7,5%, prazo de 7 anos com carência de 3 anos.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	31/12/14		2015
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	
Passivos financeiros não derivativos:			
Empréstimos e financiamentos	245.488	256.997	256.997
Fornecedores	15.843	15.843	15.843

- Riscos operacionais

Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de geração de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	90.549	893
Titulos e valores mobiliários	1.501	213

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Geração Céu Azul S.A.** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2014, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2015.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

José Maurício Pereira Coelho

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Solange Maria Pinto Ribeiro

Denise Faria - Secretária

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA
Presidente

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN
Vice-Presidente

Titulares

JOSE MAURÍCIO PEREIRA COELHO
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO

Suplentes

MARCIA CASTRO MOREIRA
WILSA FIGUEIREDO
PABLO MENDIVIL RUAS
LARA CRISTINA RIBEIRO PIAU MARQUES

DIRETORIA EXECUTIVA

Alejandro Roman Arroyo
Diretor Presidente Técnico e de Geração

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor Regulação

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta
Diretora de Planejamento e Controle
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares
CRC-RJ - 092.950/O-5